



Ata nº 017 da Sessão Ordinária nº 017, de 18 de março de 2014, julgada no dia 19 de março de 2014.

Às nove horas do dia dezenove de março de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ, SÉRGIO LEÃO e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para apresentar proposta de Decisão no processo de nº13, e proferir Voto nos processos de nº's 9; 15; 26; 27; 28, a ele vinculados em razão da substituição à Conselheira Rosa Hage (Portaria nº 1587/2013). A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 008/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão de pauta, com julgamento do processo de nº 3: **Processo nº 1410012011-00; Prefeitura Municipal de Quatipuru; Prestação de Contas – 2011 de Governo; Responsável Dênis Eugênio Cantanhede de Oliveira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Quatipuru, a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2011, de responsabilidade de Dênis Eugênio Cantanhede de Oliveira, em razão do descumprimento do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), art. 77, III, § 3º do ADCT (aplicação em saúde) e dos arts. 19, III e 20, III, "b" da LC 101/2000 (gastos com pessoal); cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1410012011-00; Prefeitura Municipal de Quatipuru; Prestação de Contas – 2011 de Gestão; Responsável Dênis Eugênio Cantanhede de Oliveira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Quatipuru, exercício de 2011, com recolhimento no prazo de quinze (15) dias, das seguintes quantias: aos Cofres do Município: - R\$-1.553.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil reais), pela ausência de comprovante de despesas; R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), referente a multa pela remessa fora do prazo dos Relatórios de Gestão Fiscal, do 1º ao 3º quadrimestres, na forma prevista no art. 5º, I, da Lei nº



10.028/2000; ao FUMREAP:- R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso no envio da LOA, prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, Balanço Geral e RREO's do 1º ao 6º bimestres, nos termos do art. 120-B, do RI/TCM; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 9: **Processo nº 1330022011-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – 2011; Responsável José Ferreira Farias – Presidente; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**: o Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra e argumentou que no presente caso não se trata de proposta de Decisão, mais sim de Voto em razão de que o processo foi pautado ainda na fase em que o Auditor estava substituindo a Conselheira Rosa Hage e, portanto, o Auditor permanece com a prerrogativa de Voto, esclarecendo que neste processo o Conselheiro Sérgio Leão não vota. O Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá, exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. José Ferreira Farias, que deverá recolher aos Cofres Municipais a importância de R\$-822.000,00 (oitocentos e vinte e dois mil reais), devidamente corrigida, bem como a multa de R\$-50.000,00 ao FUMREAP, com base no artº 57, I, "a" da Lei Complementar nº 084/2012, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual".* **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam o voto do Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá, exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. José Ferreira Farias, que deverá recolher aos Cofres Municipais a importância de R\$-822.000,00 (oitocentos e vinte e dois mil reais), devidamente corrigida, bem como a multa de R\$-50.000,00 ao FUMREAP, com base no artº 57, I, "a" da Lei Complementar nº 084/2012, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. O Conselheiro Sérgio Leão não votou neste processo porque foi pautado ainda na fase em que o Auditor estava substituindo a Conselheira Rosa Hage. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 12: **Processo nº 484742007-00; FUNDEB do Município de Monte Alegre; Prestação de Contas – 2007; Responsável: Jorge Luis dos Santos Braga; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério de Monte Alegre, exercício de 2007, de responsabilidade do Prefeito Jorge Luis dos Santos Braga, pelo descumprimento do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB) e ausência de processo licitatório relativo a construção de escola no valor de R\$ 137.458,91 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar



Colares. Às nove horas e trinta minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 63972007-00; Instituto de Previdência Social de Altamira – ALTAPREV; Prestação de Contas - 2007 Anuais de Gestão; Responsável: Garcindo Martins Pereira – Presidente; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas,. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da Prestação de Contas do Instituto de Previdência Social de Altamira – ALTAPREV, relativa ao exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr Garcindo Martins Pereira, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.809.396,71 (dez milhões, oitocentos e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), pelas despesas ordenadas. O Conselheiro Sérgio Leão não votou neste processo porque foi pautado ainda na fase em que o Auditor estava substituindo a Conselheira Rosa Hage. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 05: **Processo nº 50022007-00; Câmara Municipal de Almeirim; Prestação de Contas – 2007; Responsável: Orivaldo de Oliveira Carvalho; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Senhor Orivaldo de Oliveira Carvalho, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, exercício de 2007, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 220022008-00; Câmara Municipal de Capanema; Prestação de Contas – 2008; Responsável: Edson Luiz Maciel da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Capanema, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Edson Luiz Maciel da Silva, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-2.047.643,95 (dois milhões, quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), sem prejuízo do recolhimento da multa de 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, que corresponde a R\$-2.747,52 (dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), na forma da Lei Federal nº 10.028/2000. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 230022007-00; Câmara Municipal de Capitão Poço; Prestação de Contas – 2007; Responsável: João Valdenor Teixeira Ferreira (01/01 a 08/11 e 21/11 a 31/12/2007) e José de Sales Coutinho Aguiar (09.11 a 20.11.2007); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo



regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas dos Vereadores João Valdenor Teixeira Ferreira (01/01 a 08/11 e 21/11 a 31/12) e do Sr. José de Sales Coutinho Aguiar (09/11 a 20/11), Ordenadores de despesa da Câmara Municipal de Capitão Poço, exercício 2007, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 230022008-00; Câmara Municipal de Capitão Poço; Prestação de Contas – 2008; Responsável: João Valdenor Teixeira Ferreira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Vereador Presidente, Sr. João Valdenor Teixeira Ferreira, Ordenador de despesa da Câmara Municipal de Capitão Poço, exercício 2008, com recolhimento de multa no percentual de 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, que corresponde a R\$-1.689,60 (hum mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), na forma da Lei Federal nº 10.028/2000, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 01: **Processo nº 490012008-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de Contas – 2008 de Governo; Responsável: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Muaná a não aprovação das contas de Governo, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 490012008-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de Contas – 2008 de Gestão; Responsável Raimundo Martins Cunha; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Muaná, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$-283.833,00 (duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais), com as devidas correções, referente à conta “Agente Ordenador”; 1.2 - R\$-39.424,74 (trinta e nove mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos), com as devidas correções, referente a diferença de saldo em caixa registrada entre o final de 2008 e o início de 2009; 1.3 – R\$-64.800,00 (sessenta e quatro





mil e oitocentos reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal. Vale observar que referida multa foi aplicada com base nos valores legalmente estipulados, devido a ausência de informação sobre os valores efetivamente recebidos pelo prefeito de Muaná no decorrer do exercício 2008. II - Ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, Balanço Geral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 2.2 - R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20126, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a ausência de folha de pagamento dos Gestores, ausência dos termos de conferência de caixa, contabilização disponível em saldo de caixa, conta "Agente Ordenador", despesas sem licitação, assim como contribuições patronais e de segurados não recolhidas ao Instituto de Previdência Municipal. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**. O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Muaná, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias aos Cofres Municipais: R\$-283.833,00 (duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais), com as devidas correções, referente à conta "Agente Ordenador"; R\$-39.424,74 (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos), com as devidas correções, referente à diferença de saldo em caixa registrada entre o final de 2008 e o início de 2009; R\$-64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, balanço geral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20126, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a ausência de folha de pagamento dos Gestores, ausência dos termos de conferência de caixa, contabilização de disponível em saldo de caixa, conta "Agente Ordenador", despesas sem licitação, assim como contribuições patronais e de segurados não recolhidas ao Instituto de Previdência Municipal. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 492022008-00; Fundo Municipal de Saúde de Muaná; Prestação de Contas – 2008; Responsável: José Carlos Machado de Carvalho – Secretário; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação das contas de Gestão da prefeitura municipal de Muaná,



exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte: I – aos cofres municipais: 1.1 - R\$ 283.833,00 (duzentos e oitenta e três mil oitocentos e trinta e três reais), com as devidas correções, referente à conta "Agente Ordenador"; 1.2 - R\$-39.424,74 (trinta e nove mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos), com as devidas correções, referente à diferença de saldo em caixa registrada entre o final de 2008 e o início de 2009; 1.3 – R\$-64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos relatórios de gestão fiscal. Vale observar que referida multa foi aplicada com base nos valores legalmente estipulados, devido a ausência de informação sobre os valores efetivamente recebidos pelo prefeito de Muaná no decorrer do exercício 2008. II - Ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, balanço geral e relatórios resumidos de execução orçamentária; 2.2- R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20126, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a ausência de folha de pagamento dos gestores, ausência dos termos de conferência de caixa, contabilização de disponível em saldo de caixa, conta "Agente Ordenador", despesas sem licitação, assim como contribuições patronais e de segurados não recolhidas ao Instituto de Previdência Municipal. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Muaná, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias aos Cofres Municipais: R\$-283.833,00 (duzentos e oitenta e três mil oitocentos e trinta e três reais), com as devidas correções, referente à conta "Agente Ordenador"; R\$-39.424,74 (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos), com as devidas correções, referente à diferença de saldo em caixa registrada entre o final de 2008 e o início de 2009; R\$-64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal; encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual **Por maioria:** ao FUMREAP: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, balanço geral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20126, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a ausência de folha de pagamento dos Gestores, ausência dos termos de conferência de caixa, contabilização de disponível em saldo de caixa, conta "Agente Ordenador", despesas sem licitação, assim como contribuições patronais e de segurados não recolhidas ao Instituto de Previdência Municipal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 492212008-00; FUNDEB de Muaná; Prestação de Contas – 2008; Responsável Raimundo Martins Cunha; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos



autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Muaná, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. José Carlos Machado de Carvalho, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, ao FUMREAP as seguintes multas: 1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; 2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20124, pelas contas irregulares em função das infrações à norma legal. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Muaná, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. José Carlos Machado de Carvalho; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, ao FUMREAP as seguintes multas: 1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; 2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20124, pelas contas irregulares em função das infrações à norma legal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 14: **Processo nº 490042008-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Muaná; Prestação de Contas – 2008; Responsável: Márcia do Socorro Nogueira Moreira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência do Município de Muaná, exercício 2008, de responsabilidade da Sra. Márcia do Socorro Nogueira Moreira, em favor da qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-1.115.182,01 (um milhão, cento e quinze mil, cento e oitenta e dois reais e um centavo). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 16: **Processo nº 201305691-00; Prefeitura Municipal de Bagre; Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 10.819/13-TCM, de 19.03.13 (Prestação de Contas de 2007); Responsável: Telma Maria Moraes de Sena; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201215378-00; Fundo Municipal de Saúde de Mãe do Rio; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 22.577, de 21.08.12; (Prestação de Contas de 2009); Responsável José Marcos da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201021356-00 - 201110764-00 e 201018308-00; Associação dos Moradores da Vila**



**Capistrano de Abreu;** Prestação de Contas de Convênio, firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá; Responsável Pedro Paulo Nunes da Silva; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio celebrado entre Prefeitura Municipal de Marabá e Associação dos Moradores da Vila Capistrano da Silva, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201114016-00 e 201007622-00; Associação de Moradores da Vila União e Comunidades Vizinhas;** Prestação de Contas de Convênio, firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá; Responsável: Jozélio Rodrigues de Almeida; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio celebrado entre Prefeitura Municipal de Marabá e Associação de Moradores da Vila União e Comunidades Vizinhas, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201007650-00 – 201007212-00; Colônia de Pescadores Z-3 de Marabá;** Prestação de Contas de Convênio - 2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá; Responsável: Anízio Araújo Chaves; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e a Colônia de Pescadores Z-30 de Marabá, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201019306-00 – 201020662-00; LEMAR - Liga Esportiva de Marabá;** Prestação de Contas de Convênio - 2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá; Responsável: Edmilson Alves Sanches; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e a LEMAR – Liga Esportiva de Marabá, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201009688-00 - 201012531-00 e 201007214-00; Escolinha de Futebol Sociedade Esportiva Estudantil;** Prestação de Contas de Convênio - 2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá; Responsável: João Alves Campelo; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela





aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio celebrado entre Prefeitura Municipal de Marabá e Escolinha de Futebol Sociedade Esportiva Estudantil, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201006829-00; Obra Kolping do Brasil - Centro Profissionalizante Pedro Arrupe**; Prestação de Contas de Convênio - 2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá; Responsável: Andréia Rodrigues de Souza Moura; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio nº 201005234-00 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e a Obra Kolping Brasil – Centro Profissionalizante Pedro Arrupe, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201110793-00; IPAMB/PMB**; Aposentadoria - Portaria nº 572/13, de 09.05.13; Interessado Walter dos Santos; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201214959-00; IPAMB / PMB**; Aposentadoria - Portaria nº 1127/13, de 21.08.13; Interessada Joana Lima da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201212221-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua**; Aposentadoria - Portaria nº 097/2012 de 29 de Junho de 2012; Interessada: Sílvia Mara de Almeida Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro substituto Sérgio Franco Dantas (Conselheira Rosa Hage). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. O Conselheiro Sérgio Leão não votou neste processo porque foi pautado ainda na fase em que o Auditor estava substituindo a Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201116600-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua**; Pensão - Portaria nº 117/2011, de 30.09.2011; Interessado: Edgar Augusto Ferreira Pinto e Filhos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro substituto Sérgio Franco Dantas (Conselheira Rosa Hage). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência,



por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. O Conselheiro Sérgio Leão não votou neste processo porque foi pautado ainda na fase em que o Auditor estava substituindo a Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201216463-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Pensão - Portaria nº 135/2012 de 01.10.2012; Interessado José Carlos de Almeida Filho; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro substituto Sérgio Franco Dantas (Conselheira Rosa Hage). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. O Conselheiro Sérgio Leão não votou neste processo porque foi pautado ainda na fase em que o Auditor estava substituindo a Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201321658-00; Prefeitura Municipal de Itupiranga;** Diária - Decreto nº 26/2011, de 22.06.11, que fixa diárias para Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários; Interessada: Ana Mariléa Nascimento; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 026/11, de 22/06/2011, que fixa o valor das Diárias do Prefeito, Vive - Prefeito e dos Secretários do Município de Itupiranga. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201314000-00; Prefeitura Municipal de Marabá;** Lei nº 17.598/13, de 14/08/13, reajusta remuneração dos Servidores do Executivo e Legislativo; Interessado: Alexandre Lisboa dos Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 1144402008-00; Fundo Municipal de Saúde de Goianésia do Pará;** Prestação de Contas – 2008; Responsável: Itamar Cardoso - Prefeito Municipal; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas para apresentar proposta de Decisão (redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.601, de 14.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou proposta de **Decisão:** *"proponho ao Douto Plenário a aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Goianésia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Itamar Cardoso, com a expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento das seguinte multas: R\$-3.000,00 (três mil reais), face a remessa das contas fora dos prazos legais; R\$-2.000,00 (dois mil reais), face o descumprimento do art. 50, II da LRF e pela não remessa do Parecer do Conselho de Saúde".* **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares ratificou a proposta de decisão apresentada. O Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas



do Fundo Municipal de Saúde de Goianésia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Itamar Cardoso, **por maioria**, com o recolhimento das seguinte multas: R\$-3.000,00 (três mil reais), face a remessa das contas fora dos prazos legais; R\$-2.000,00 (dois mil reais), face o descumprimento do art. 50, II da LRF e pela não remessa do Parecer do Conselho de Saúde. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, houve o julgamento do processo de nº 01 do aditamento: **Processo nº 1120012002-00; Prefeitura Municipal de Baião**; Outros – 2002; Responsável Benedita do Pilar Lobo Dias; Ministério Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Baião a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Benedita do Pilar Lobo Dias, face as irregularidades apontadas no relatório da controladoria, especialmente a conta "Agente Ordenador" no valor de R\$588.027,51 (quinhentos e oitenta e oito mil, vinte e sete reais e cinquenta e um centavos) e os descumprimentos do art. 212, da CF/88(Educação), do art. 7º, da Lei nº 9.424/96(Fundef) e do art. 20, Inciso III, alínea "b", da LRF (Gasto com Pessoal do Poder Executivo). Devendo a ordenadora recolher aos Cofres Municipais o seguinte valor: - R\$ 588.027,51 (quinhentos e oitenta e oito mil, vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 273971999-00; Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia**; Outros – 1999; Responsável João Friaça Nogueira (01.08 a 31.12.1999) e Lenise Maria Costa Oliveira Fadel (01.08 a 31.12.1999); Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas dos dois Ordenadores, sem prejuízo de multas e encaminhamento ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação com ressalvas das contas do Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia, exercício financeiro de 1999, de responsabilidade do Sr. João Friaça Nogueira (01.01 a 30.07.1999) e da Sra. Lenise Maria Costa Oliveira Fadel (01.08 a 30.12.1999), devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1430072008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Sapucaia**; Outros – 2008; Responsável Katiane Fernandes Gomes; Ministério Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Sapucaia, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Katiane Fernandes Gomes. Expeça-se o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, no valor de R\$ 492.294,72 (quatrocentos e noventa e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos), onde se incluem R\$-149,69 (cento e quarenta e nove reais e



sessenta e nove centavos) de saldo, em bancos, para o exercício seguinte. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro Daniel Lavareda apresentou o seguinte processo: **Processo nº 201312988-00; Prefeitura Municipal, FUNDEB e FMAS de Inhangapi;** Tomada de Contas – exercício de 2013; Responsável Raimundo Nonato Rodrigues Pereira; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a autorização do Plenário, de acordo com o § 3º do art. 119 RI/TCM/Pa, para realização de Tomada de Contas no Município de Inhangapi, referente ao exercício de 2013, em razão da não prestação de contas de nenhum quadrimestre, Balanço Geral e Fundos. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela realização de Tomada de Contas Especial, nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno do TCM, nas unidades gestoras de recursos públicos da Prefeitura Municipal, FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social) e FUNDEB do Município de Inhangapi, exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Raimundo Nonato Rodrigues Pereira, referente ao período de 01/01 a 31/07/2013. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para solicitar ao Plenário que autorize os Relatores, “*ad referendum*”, a realizarem Tomada de Contas Especial nos Municípios, referente ao exercício de 2013, que não prestaram contas (omissão no dever de prestar contas), para dar maior agilidade aos processos. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar os Relatores a procederem a Tomada de Contas Especial nos Municípios que não prestaram contas, no exercício de 2013. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro José Carlos Araújo convidou os Conselheiros para se fazerem presentes no próximo dia 26 de março, em Brasília, para a assinatura do Projeto de Cadastro Único dos Fichas Limpas, bem como para a Posse da nova Diretoria da ATRICON, que tem como nosso representante o Conselheiro Cezar Colares. **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e vinte minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezoito de março de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**

Conselheiro **Aloísio Chaves**

Conselheiro **Daniel Lavareda**

Conselheiro **Antonio José**

Conselheiro **Sérgio Leão**